



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
CURSO DE HUMANIDADES**

MARIA MARÍLIA RODRIGUES DA SILVA

**O IMPACTO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE
VÍNCULOS NAS HISTÓRIAS DE VIDA DOS USUÁRIOS DO GRUPO DE IDOSOS
DO CRAS DE REDENÇÃO CEARÁ.**

**ACARAPE-CE
2018**

MARIA MARÍLIA RODRIGUES DA SILVA

O IMPACTO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE
VÍNCULOS NAS HISTÓRIAS DE VIDA DOS USUÁRIOS DO GRUPO DE IDOSOS
DO CRAS DE REDENÇÃO CEARÁ.

Projeto de pesquisa apresentado à banca examinadora do Curso de Humanidades da Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira, para obtenção do grau de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. James Ferreira Moura Junior.

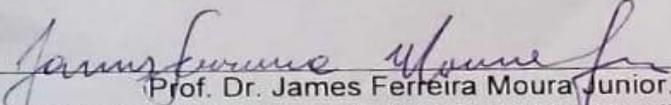
MARIA MARÍLIA RODRIGUES DA SILVA

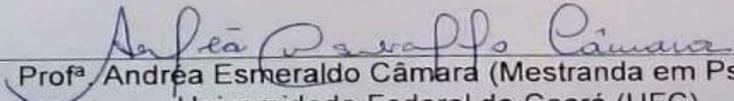
O IMPACTO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE
VÍNCULOS NAS HISTÓRIAS DE VIDA DOS USUÁRIOS DO GRUPO DE IDOSOS
DO CRAS DE REDENÇÃO CEARÁ.

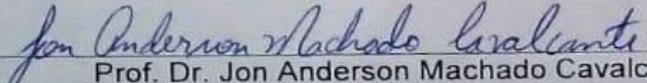
Projeto de pesquisa apresentado à banca
examinadora do Curso de Humanidades
da Universidade da Integração da
Lusofonia Afro-Brasileira, para obtenção
do grau de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 29/05/18.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. James Ferreira Moura Junior.
Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)


Profª. Andrea Esmeraldo Câmara (Mestranda em Psicologia)
Universidade Federal do Ceará (UFC)


Prof. Dr. Jon Anderson Machado Cavalcante
Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

LISTA DE ABREVIATURAS

STDS	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO	Cadastro Único
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CF	Constituição Federal
EN	Entrevista Narrativa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
NOB-RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de erradicação ao Trabalho Infantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SNAS	Secretaria Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo agradeço a Deus que me deu a oportunidade única de viver um dia após o outro, sempre com colocando forças para que eu pudesse prosseguir firme com o objetivo de concluir este trabalho.

À minha família que sempre me apoia, e em momentos difíceis me dá a força necessária para seguir em frente. Ao meu filho que desde o momento de sua concepção vem abençoando minha vida, me dando motivos para lutar com garra e não desistir de alcançar meus objetivos. Tendo como Destaque especial minha sobrinha Thaysa pessoa de fundamental importância para que eu pudesse me dedicar a esse estudo de forma mais confortável.

Às minhas amigas Marta, Eliziane, Maria Lúcia, Evanúcia, Joice e Ana Rute que tanto me ajudaram esclarecendo dúvidas, aconselhando e fornecendo informações necessárias para a conclusão deste trabalho, passando sempre muita confiança de que tudo iria dar certo.

Ao coordenador do CRAS de Redenção Miguel Missias, por ser sempre tão compreensivo e humanitário, disponibilizando sempre que possível, espaços e tempo livre para que eu pudesse estudar no meu local de trabalho.

Por fim e não menos importante ao querido professor e orientador deste trabalho James Ferreira Moura Junior, que com muita paciência e dedicação me orientou de forma extraordinária na elaboração do mesmo, não permitindo que eu desistisse nunca.

A todos vocês meu muito obrigada!

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	JUSTIFICATIVA	9
3	OBJETIVOS	12
3.1	Objetivo geral.....	12
3.2	Objetivos específicos	12
4.	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	13
4.1	Pessoas Idosas-gerontologia	13
4.2	Pessoas e situação de pobreza	18
4.3	PNAS>CRAS>SCFV> para pessoas idosas.....	24
5.	PROCESSO METODOLÓGICO.....	28
5.1	Tipo de método	29
5.2	Técnicas utilizadas	29
5.3	Local de realização da pesquisa	30
5.4	Descrição dos participantes	31
5.5	Procedimentos utilizados.....	32
5.6	Análises realizadas.....	34
5.7	Considerações éticas	34
	REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

Percebe-se com frequência a desvalorização da pessoa idosa no país, onde o contexto cultural preza pela valorização dos jovens, e faz vistas cegas para as necessidades de quem envelhece, partindo de um pressuposto que a velhice é algo ruim, onde as possibilidades de viver bem são mínimas. Desta forma este trabalho propõe analisar o impacto do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para a pessoa idosa, no município de Redenção-CE, como estratégia de compreensão do impacto que este tem na vida dos usuários, tendo em vista que este serviço faz parte da cadeia de políticas públicas da assistência social.

A mudança do corpo, as limitações, a aposentadoria, trazem consigo uma série de estigmas, dificultando a possibilidade da pessoa idosa vivenciar esta fase com qualidade de vida. Os preconceitos sobre velhice atrelados ao agravante de pobreza se tornam ainda piores. Pois ser idoso no Brasil já é motivo para ser estigmatizado, e ser idoso e pobre torna as vivências destas pessoas ainda mais difíceis. Tendo em vista as inúmeras violações que tanto a pessoa idosa quanto a que se encontra em situação de pobreza enfrentam, fazendo uma junção é possível compreender o quão árdua pode ser as vivências do idoso enquanto pobre. O presente trabalho almeja não somente descrever as atividades do grupo, mas entender por meio das narrativas das histórias de vida dos idosos, como o SCFV age na realidade destes.

Primeiramente é necessário compreender o processo de envelhecimento como algo natural, mas que por conta dos estigmas enfrentados nem todos estão preparados para vivencia-los, tendo em vista uma série de dificuldades que a pessoa idosa encontra em seu dia a dia. Estas vão muito além de limitações físicas, onde a família, o estado e a sociedade de um modo geral são responsáveis pela maior parte destas, pois acabam por restringir, mesmo que algumas vezes de forma inconsciente, o acesso de quem envelhece a mecanismos que se infere, trazer benefícios a sua vida, em um novo ciclo, fazendo com que de certa forma o envelhecimento não ocorra de forma tão “natural” para muitos.

Por meio do estudo de alguns teóricos é possível perceber que as relações do convívio social são de extrema importância para a pessoa idosa, uma vez que esta sente a necessidade de ter uma vida semelhante à dos mais jovens para sentir-se valorizadas.

Para descrever e entender o processo gerontológico autores como Netto (2007), Oliveira (2012), Fernandes, Raizer e Brêtas (2007), Santos (2012), serão referenciados neste trabalho, partir da compreensão de que a gerontologia é uma ciência multifacetada, que explica o envelhecimento humano a partir de análises complexas próprias desta fase da vida, (Netto 2007). O senso do IBGE de anos distintos serviu como instrumento de compreensão da demografia atual do Brasil e comparação com outros países.

As relações de trabalho, experiências familiares, políticas públicas, convivência com o meio social, contaram com Neri (2008), Mendes *et al.*, (2017), Lima (2012) e Moreira (2012) como principais colaboradores. Para explicar sobre o que é pobreza, as principais causas da pobreza no Brasil, o que é o processo de estigmatização da mesma e identidade social de pobre e seus estigmas, autores renomados como Ximenes *et al.*, (2016), Crespo e Gurovitz (2002), Camarano (2004), Cidade, Moura Jr, e Ximenes (2012.) e Moura Jr *et al.*, (2014) foram de extrema importância para formação do corpo teórico como forma de dar credibilidade ao trabalho por meio de seu achados científicos.

Para concluir o referencial teórico, e chegar na questão principal do estudo, fez-se necessário o entendimento e utilização da Constituição Federal de 88, tanto no que versa tanto sobre os direitos da pessoa idosa, quanto sobre a Assistência Social. Utilizou-se ainda o MDS/PNAS(2005), bem como para melhor compreensão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, autores como Couto (2014) dentre outros também influenciaram na compreensão deste mesmo. Vale destacar que outros estudiosos e fontes não citados acima também contribuíram de forma significativa na elaboração deste projeto, uma vez que foram usados, sites, revistas, leis, e sensores, para elaboração deste.

No que tange aos processos metodológicos a pesquisa será guiada por análises de caráter qualitativo no que se refere a investigação, baseadas em Creswell (2007), Clandinin e Connelly, (2000). Usando a técnica da observação participante com segundo Flick (2013), Brandão (2007) e Bauer e Gaskell (2002), autores que também influenciaram na descrição dos procedimentos utilizados bem como descrição das e compreensão das Entrevista Narrativa. O trabalho descreve ainda todo o campo de realização da pesquisa detalhadamente, desde a localização até os princípios que regem o serviço, alvo desta investigação.

Contudo vale destacar que esta pesquisa é regida pelos princípios éticos estabelecidos na pesquisa com seres humanos conforme resolução no196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Respeitando acima de tudo os direitos dos sujeitos investigados, a fim de servir como base no entendimento das funcionalidades do SCFV, bem como o impacto causado na vida das pessoas que participam do grupo intitulado “renovando a vida na melhor idade”. Tendo em vista que esta pesquisa pode vir a servir como base no aperfeiçoamento de práticas já existentes, e revelar situações ocultas que serviriam como diagnóstico, na tentativa de garantir a qualidade de vida destas e de outras pessoas idosas.

2 JUSTIFICATIVA

A ideia de realizar este projeto surgiu a partir da necessidade em entender as motivações dos idosos de Redenção em participar do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a pessoa idosa desta cidade. Uma vez que por conta das privações financeiras que o país vem enfrentando, este serviço não possui tantos atrativos com base em uma perspectiva material, ou seja, não dispõe de um leque amplo de recursos financeiros para garantir tudo o que os idosos tem direito ao participarem do grupo. Apesar de reconhecer que a gestão do município não mede esforços para assegurar que estes tenham uma melhor qualidade de vida.

Enquanto orientadora social do referido coletivo a quase um ano, sinto-me privilegiada em estar com os participantes do mesmo duas vezes por semana, afirmo que não foi fácil, e que a princípio tive um pouco de medo em não atender as expectativas dos usuários.

No entanto a partir das minhas vivências no grupo percebi o quanto os indivíduos são ativos e participativos, frequentam com assiduidade e geram debates importantes acerca de temas propostos pela equipe do CRAS e por eles mesmos. Alguns possuem limitações físicas evidentes, o que não os impossibilita de realizar as atividades propostas, uma vez que estas são sempre bem aceitas pelo grupo, mostrando assim o quanto os estigmas para com a pessoa idosa são equivocados, pois apesar de eles estarem em uma fase da vida cronologicamente avançada, isto não os impede de estarem ativos e dispostos a vivenciarem experiências e aprendizados diversos, possuindo ainda algo novo a ensinar em cada encontro.

Desta forma, faz-se necessário compreender cada vez mais o que de fato leva estes sujeitos a participarem com tanta disposição do grupo, tendo em vista uma série de dificuldades que eles enfrentam, desde problemas de saúde, pobreza, falta de afeto familiar e outras inúmeras vulnerabilidades sociais.

Percebe-se que o Brasil estatisticamente falando não é mais um país de jovens em sua maioria. Trazendo para a realidade do estado do Ceará, estes dados são igualmente corroborados pelas estatísticas. Uma vez que, ao analisar o senso do IBGE de 2010, nota-se um salto exorbitante entre a década de 70 e o referido ano de 2010, sendo possível perceber que no decorrer de 40 anos, o número da população idosa multiplicou-se de forma bastante evidente no país, passando de um percentual de 4,7% em 1970, para 8,9% em 2010 (IBGE, 2011).

Salientando que, ainda com base no referido senso de 2010, 63,7% dos idosos encontram-se como encarregados do sustento da família, onde 51,9% possuem renda inferior a um salário mínimo e grau de instrução escolar mediano entre 3,9 anos de estudo (IBGE, 2011). Mas apesar destes números pressuporem uma imagem de produtividade neste grupo etário, “Os números pouco revelam sobre as condições de inserção do idoso no mercado de trabalho” (VÉRAS; FELIX, 2016, p.448) deixando ainda, segundo o autor outras questões importantes sem explicação, como por exemplo o efeito das condições de sobrevivência em um determinado espaço, neste caso, o urbano, inviabilizando a compreensão do adiamento das atividades laborais destes indivíduos.

Neri (2008) afirma que a maioria dos idosos no país tem um controle sobre seus gastos, revelando um contraponto interessante ao estereótipo de dependência que se tem em relação aos idosos. Porém deve-se atentar para a realidade atual da maioria dos idosos no país, que com base no autor dispõem da aposentadoria como principal fonte de renda, por não terem tantas oportunidades de exercer uma atividade laboral que venha a somar com esta mesma.

Nesta linha de pensamento Moreira (2012) afirma que, o trabalho também é uma forma de identificação social, e quando ocorre a quebra nestas relações, o indivíduo que diante desta realidade, é tido como velho passa a se sentir ineficaz. “Por não mais exercer uma atividade laboral, o idoso não raramente se sente inútil perante a sociedade, em especial porque o trabalho remete à ideia de utilidade social.” (MOREIRA, 2012, p.97). Percebe-se diante destes apontamentos, que o idoso se sente desfavorecido em diversas áreas, e também nas relações familiares, já que o mesmo na maioria dos casos, passa a deixar de ser o protetor da família para ser o “protegido”.

Diante disto, com base nas afirmações de Mendes *et al.*, (2017) o país, neste caso o Brasil, precisa estar preparado para oferecer políticas públicas aperfeiçoadas, que se encaixe para atender com qualidade a população que passa por esse processo de envelhecimento, e para que o mesmo seja de fato adequado a este contexto. No entanto, é inegável que existem inúmeras falhas no desenvolvimento destas políticas, o que acaba comprometendo a qualidade das mesmas para os indivíduos na velhice.

Entendendo que erradicar a pobreza faz parte de um longo processo, e se dificulta ainda mais pelo fato de, a elite no Brasil ter “enorme capacidade de

mobilização de meios e recursos para garantir a transmissão de sua posição através das gerações.” (SCALON, 2011, p. 64). Desta forma esse grupo encontra-se com privilégios que segundo o autor potencializam os méritos e conveniências do mesmo, e geram desigualdade “de poder, de capacidades, de recursos e de oportunidades.” (SCALON, 2011, p. 64). Esta situação torna-se ainda mais grave para as pessoas em situação de pobreza na velhice.

A Partir das pesquisas bibliográficas realizadas, foi possível perceber a escassez de estudos no que se refere ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a Pessoa idosa. Diante disso este estudo é de suma importância na percepção de quais são as motivações e necessidades dos idosos, e como isto interfere em sua convivência comunitária e familiar, e ainda de que forma o serviço está atuando para que eles potencializem suas decisões. Fazendo assim uma reflexão se de fato este está contribuindo para o desenvolvimento da autonomia social do grupo, por meio da valorização de suas experiências dando-lhes outra perspectiva de vida. Contribuindo contudo, para que possam surgir mais estudos nesta área, ainda pouco conhecida.

3 OBJETIVOS

3.1 Objetivo geral

Analisar o impacto do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos nas trajetórias de vida dos usuários do grupo de idosos do CRAS de Redenção Ceará.

3.2 Objetivos específicos

- Descrever as atividades do serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do grupo renovando a vida na melhor idade do CRAS de Redenção Ceará.
- Compreender as narrativas das histórias de vida dos idosos.
- Analisar o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos nas narrativas das histórias de vida dos idosos.

4. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1 Pessoas Idosas-gerontologia

Gerontologia com base em Papaléo Netto (2007), é uma ciência de múltiplas facetas, onde seus estudos tendem a descrever e a esclarecer transformações características do processo de envelhecimento humano, e ainda suas causas, a partir de análises multidimensionais, sendo estas amplamente complexas por apresentarem características distintas.

O processo de envelhecimento faz parte do ciclo natural da vida, onde se espera que todas as pessoas vivenciem este percurso, que acontece de forma “gradual ativa e irreversível” (OLIVEIRA, 2012, p.10). Na maioria das vezes, esse fenômeno é notado principalmente por aspectos físicos, que inevitavelmente deixam marcas, sinalizado no corpo uma nova etapa da vida. Porém, deve-se atentar para fatores que de acordo com Fernandes, Raizer e Brêtas (2007), são indispensáveis na compreensão de como este processo acontece, não apenas os aspectos cronológicos e biológicos, mas também os psicológicos e sociais.

Desta forma, Oliveira *et al.* (2006) salienta que as pessoas envelhecem de formas distintas umas das outras, pois certamente o meio social, a qualidade de vida¹ e tantos outros fatores influenciam na forma como este é compreendido, sendo que a sociedade na qual este indivíduo está inserido atua de forma bastante significativa, no modo como o envelhecimento acontece e como ele é percebido.

Em todo o mundo, o acréscimo do envelhecimento populacional tem sido notado, principalmente nos países desenvolvidos, uma vez que, estes possuem mais recursos para reduzir a taxa de mortalidade. Segundo Santos (2012)

O aumento do número de idosos também se deve a queda da fecundidade, ou seja, a diminuição da natalidade (embora haja diferenças entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos). Outros fatores importantes são as melhorias das condições básicas de sobrevivência (nutricionais, ambientais, sanitárias, higiene pessoal) e

¹ Com base na Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), apud Lopes, Arantes e Lopes (2007), “qualidade de vida é a percepção que o indivíduo tem de sua posição na vida dentro do contexto de sua cultura e do sistema de valores de onde vive, e em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações. É um conceito muito amplo, que incorpora de uma maneira complexa a saúde física de uma pessoa, seu estado psicológico, seu nível de dependência, suas relações sociais, suas crenças e sua relação com características proeminentes no ambiente.” (LOPES; ARANTES; LOPES, 2007, p. 51-52).

o desenvolvimento da medicina e seus avanços tecnológicos [...] (SANTOS, 2012, p. 4).

De acordo com dados da ONU (2017)², em 2050 a população idosa atingirá a marca de 2 bilhões, dados estes, que afirmam ultrapassar duas vezes mais o número de 900 milhões de pessoas neste perfil em 2015.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2016), no Brasil o processo de transformação demográfica deu-se início por volta dos anos de 1940, ainda que este tenha sido bem sutil. Foi possível perceber neste período uma queda na taxa de mortalidade, não havendo uma relação direta com as taxas de natalidade. E posteriormente, na década de 60, essas transformações demográficas deram um salto significativo, estando diretamente ligadas ao declínio expressivo nos números de fertilidade, atribuído ao uso de anticoncepcionais, entrada marcante da mulher no mercado de trabalho, e outros fatores que contribuíram para que estes níveis caíssem (IBGE, 2016).

Deste modo, ainda com base no IBGE 2016, é possível afirmar que o índice de crescimento da população de crianças e jovens do Brasil tornou-se um processo vagaroso, o que conseqüentemente aumenta o número de pessoas adultas e idosas, radicalizando o modelo de sociedade que existia anteriormente. Vale destacar que no Brasil, segundo a Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003, Art. 1º “É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.” (BRASIL, 2003) Ou seja, na sociedade brasileira só é considerado idoso pessoas que possuem 60 anos ou mais.

Diante destes apontamentos é importante destacar que, a expectativa de vida do brasileiro cresceu em números, e em contrapartida a esta realidade, a sociedade em questão precisa estar preparada para acompanhar com qualidade as transformações ocorridas. Segundo Santos (2012), é preciso que estas mudanças possam ir além da demografia, alcançando modificações no meio socioeconômico e cultural, com o objetivo de promover saúde e qualidade de vida para a população que envelhece.

Ressaltando que, com base em Alexandre Kalache (1987), nos países europeus a expectativa de vida da população se deu muito antes de avanços médicos-

² Organização das Nações Unidas. Dados disponíveis em <https://nacoesunidas.org/oms-cobra-melhorias-no-atendimento-aos-idosos/> Acesso em 21/11/2017, as 21:00

tecnológicos, que contribuíram para prevenir e curar várias enfermidades que anteriormente quando diagnosticadas tinham um desfecho fatal. Uma vez que neste continente a expectativa de vida cresceu por inúmeros fatores, como melhores condições habitacionais, saneamento, alimentação de qualidade e outros. Já no Brasil, a redução da mortalidade ainda com base no mesmo, se deu majoritariamente por conta das intervenções feitas na área de vacinação e tratamento de doenças. Fazendo com que:

[...] o processo de ‘envelhecimento natural’ como consequência de melhores níveis de vida para a maioria dos habitantes (como na Europa pós- Revolução Industrial), mas um processo ‘artificial’ em que muitos sobrevivem, apesar de suas condições de vida, simplesmente porque recebem imunização ativa contra determinadas doenças ou tratamento específico, para outras (KALACHE, 1987 p. 219).

Desta forma Mendes *et al.* (2017) alertam para a real atualidade de quem envelhece no Brasil, uma vez que a mudança demográfica modificou a conjuntura deste, gerando um incomodo no meio político, implicando em debates constantes. De acordo com os autores o “ônus econômico decorrentes do envelhecimento sobre o sistema de previdência social e da saúde tem sido reforçado e entrado nas pautas das contrarreformas da previdência.” (MENDES, 2017, p. 359).

Com base no caderno de Orientações Técnicas para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoas idosas 2012, faz-se necessário considerar a realidade da população que envelhece de um modo onde a mesma, esteja ligada às particularidades da população brasileira, partindo de um pressuposto que este episódio acontece em toda parte do mundo. E “que, majoritariamente, se pauta pelos padrões das sociedades ocidentais modernas...” (CONCONE, 2007, p. 34).

De acordo com Lima (2012), o que realmente acontece com a maior parte das pessoas, é fato de não estarem preparadas para envelhecer e enfrentar os estigmas que estão fortemente enraizados em uma cultura preconceituosa. Pode haver um processo de exclusão dos idosos do meio social, não vendo neles outras possibilidades para redescobrir sua função em meio a sociedade. Ainda com base em Lima (2012) direcionar políticas públicas planejadas para essa parcela da população torna-se algo bastante difícil, uma vez que diversas esferas da sociedade veem o aumento da população idosa como um quebra-cabeça. Diante disto, a autora afirma que:

A sociedade na qual vivemos priva o indivíduo envelhecido de tudo, Nela a velhice é estigmatizada, mediante preconceitos que se fazem presentes. Hoje são valorizados o jovem, a juventude eterna, a agilidade, 'o belo', ideias e conceitos reforçados pela mídia (LIMA, 2012, p.23).

Isto só reforça uma ideia errônea que se tem a respeito das pessoas idosas. Esta concepção da sociedade para com o idoso traz à tona questões que dificultam o próprio reconhecimento do indivíduo que envelhece para com sua identidade³ atual. Lima (2012) aponta para o fato de que muitas vezes diante dos estigmas incutidos no meio em que vivem, quando finalmente o reconhecimento passa a acontecer, o sujeito que se reconhece enquanto velho, mediante a tantos preconceitos começa a lidar com uma série de dificuldades inclusive psicológicas, tais como “à perda da autoestima, ao isolamento social, e a depressão” (LIMA, 2012, p.23).

Nesse aspecto a autora ressalta o quanto as relações familiares, de trabalho e outras são de fundamental importância, pois elas representam os papéis sociais que favorecem a existência do indivíduo, possibilitando a essas funções que trazem significações para sua essência. Existe ainda segundo Mendes *et al.*, (2017) a questão de gênero e velhice como algo que deve ser considerado, pois o modo como mulheres e homens vivenciam suas experiências obviamente são bastante distintas. Desta forma a autora afirma que:

Dentro da cultura patriarcal, as mulheres são consideradas mais vulneráveis devido às cobranças pertinentes ao gênero feminino e tendem a representar apenas a sua função reprodutiva, o que não ocorre mais na velhice. Ainda por conta do patriarcado a mulher sempre exerceu seu papel na divisão sexual do trabalho, deste modo, não ocorre uma ruptura intensa entre a rotina do trabalho e a aposentadoria, como ocorre com os homens (MENDES *et al.*, 2017, p.360).

Por meio de uma análise do IBGE no censo de 2010, foi possível perceber que no Brasil a população feminina em todas as faixas etárias que correspondem a pessoa idosa, se sobressaíram aos homens, ou seja, em todas elas a quantidade de mulheres é maior. Mendes *et al.*, (2017) indaga que apesar das mulheres terem maior participação nos programas sociais para pessoas idosas, são os homens que estão à

³A identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculação a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação, etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente.” (CUCHE, 1999, p. 177).

frente na representatividade de associações para pessoas neste perfil etário. Estas considerações a respeito de gênero, dão margem a ideia de quão complexa é a questão do envelhecimento, tendo em vista as diferentes lentes, por onde se deve olhar para este processo.

A questão do trabalho também é algo bastante pertinente, tendo a aposentadoria como um marcador importante em relação a velhice, pois de acordo com Lima (2012), o momento em questão é algo que se almeja alcançar durante toda uma vida, sendo idealizado como um momento que trará satisfações diversas. Porém a autora afirma que, devido à falta de preparação da classe trabalhadora para com este, as expectativas podem não ser correspondidas, visto que muitos idosos, principalmente os homens, passam a enfrentar muitas perdas com o término das atividades laborais.

Desta forma Moreira (2012) reafirma a realidade que muitas pessoas enfrentam quando passam a ser encarado enquanto idosos:

[...] agora se encontra excluído o grupo social no qual estava inserido, e o afastamento do trabalho, além de significar exclusão, se mostra um sistema de exclusão remunerada, de modo a ocasionar sua miséria, subalimentação e morte (MOREIRA, 2012, p. 102).

Mendes *et al.* (2017) traz indagações sobre esta questão, alertando para a exclusão causada pela sociedade capitalista que altera o comportamento dos indivíduos, transmutando a forma de viver dos mesmos, tendo como resultado a elevação dos níveis de desigualdade social, uma vez que as relações sociais estão fortemente ligadas as relações de trabalho.

Para o autor a pessoa idosa é posta a margem da sociedade, exatamente por isso, ou seja, porque estes indivíduos por muito tempo não conseguiam atender as demandas da sociedade de consumo, uma vez que as limitações causadas pela idade dificulta a entrada e/ou permanência destes no mercado de trabalho, interferindo em sua renda. Com isto a opção que os sujeitos idosos encontram de se encaixarem novamente no meio social, é apelar à empréstimos, para sentirem-se ativos, jovens e consumistas novamente, já que este é o comportamento esperado pela sociedade capitalista.

Com isto Neri (2008) faz indagações a respeito da importância que o exercício de realizar algum tipo de atividade tem na vida do idoso aposentado, pois para este essa é uma alternativa de ir se adaptando aos poucos com a realidade

enfrentada. Partindo da ideia de aposentadoria como fim das atividades laborais, propondo desta maneira possibilidades de vida ativa e produtiva⁴ neste contexto.

Por isso, é preciso notar a pessoa idosa como ser ativo dentro da sociedade para que a velhice não seja para ela/ele uma fase impiedosa e dolorosa, mas sim um momento onde é possível se redescobrir, perceber novas habilidades ou fortalecer as que um dia foram valorizadas, e torna-las ativas novamente, promovendo qualidade de vida, (CONCONE, 2007).

Contudo, vale ressaltar que mediante as considerações já feitas em relação a pessoa idosa, existe ainda um agravante de fundamental importância no âmbito deste estudo, e que por conseguinte deve ser analisado e refletido, sendo este a questão da pobreza. Pois segundo Barros, Mendonça, e Santos (1999) “Os idosos, pela dificuldade de inserção no mercado de trabalho, constituem uma parcela da população potencialmente vulnerável a estar em estado de pobreza.” (BARROS; MENDONÇA; SANTOS, 1999, p.1).

4.2 Pessoas e situação de pobreza

Pobreza é uma situação apresentada como sendo “Uma das manifestações contemporâneas mais presentes e importantes na questão social no Brasil” (XIMENES *et al.*, 2016, p.157). Partindo da ideia que, segundo Barros, Henriques e Mendonça (2000), o país em si não é pobre, mas é constituído por um número exorbitante de pessoas pobres.

Ao falar em pobreza percebe-se que a maioria das pessoas possuem apenas um senso comum do que seria a mesma, com base nos conhecimentos adquiridos ao longo da vida. Porém a definição sobre esta, vai além de termos que se associem ao desemprego, fome, miséria e a falta de acesso a determinados serviços, que visam garantir uma vida digna. Em seus estudos Crespo e Gurovitz (2002) fazem um aparato histórico de como se deu a evolução das significações de pobreza ao longo do século XX, considerando-a como um fenômeno complexo, e que deve ser vista por um campo multidimensional para que haja uma melhor compreensão da mesma.

⁴ Produtividade no sentido de múltiplos exercícios de qualidade de vida, não necessariamente ligadas a ampliação da renda, mas que esta também é uma possibilidade.

Desta forma, com base nos referidos autores, são traçadas e apresentadas categorias as quais se enquadram um indivíduo na condição de pobreza, que possibilita medir o grau desta, com base em termos relativos/ absolutos,⁵ e vai mais além, porque é preciso que ambos sejam avaliados coletivamente. Sendo possível incluir indivíduos em concepções de “sobrevivência, necessidades básicas e privação relativa”. No caso de não acontecer esta inclusão é possível afirmar que o indivíduo está abaixo da linha de pobreza, e sem condições alguma de subsistência.

À pobreza, segundo Camarano (2004), adiciona-se a outros inúmeros problemas sociais, e que por sua vez se encontra distante de ser resolvida. Sendo ela algo que limita o indivíduo a uma situação de inferioridade. Paraphraseando Ximenes *et al.*, (2016) apesar dos índices de pobreza e extrema pobreza terem caído no Brasil entre 2002 e 2012, ainda sim mediante aos números apresentados, se faz necessário medidas que viabilizem o prosseguimento das diferentes maneiras de enfrentar esta realidade social, já que com o passar dos anos desigualdade está cada vez mais evidente.

O contexto social urbano e/ou rural traz implicações particulares no modo como os indivíduos vivenciam a situação de pobreza segundo (XIMENES *et al.*, 2016). Essas particularidades estão ligadas a questão de territorialidade e formação identitária dos sujeitos de acordo com Marzulo (2003). Para explicar como isso ocorre o autor faz as seguintes afirmativas:

Nessa perspectiva, compreende-se que os pobres mais idosos de hoje, pais e avós dos subempregados, trabalhadores precários e moradores das periferias ou favelas das metrópoles, passaram por um processo de reconfiguração identitária ao virem do espaço rural para o urbano-industrial e incorporaram, ao mesmo tempo em que construíam, uma identidade de classe, às vezes mais, em geral menos, reconhecida pelos próprios, mas afirmada em suas práticas cotidianas (MARZULO, 2003, p.10).

⁵ “[...] O conceito de pobreza relativa é descrito como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos de algum atributo desejado, seja renda, sejam condições favoráveis de emprego ou poder. [...] O enfoque absoluto na conceituação da pobreza se observa quando da fixação de padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, conhecido como linha ou limite da pobreza, determinando a percentagem da população que se encontra abaixo desse nível. Esse padrão de vida mínimo, apresentado sob diferentes aspectos, sejam nutricionais, de moradia ou de vestuário, é normalmente avaliado segundo preços relevantes, calculando a renda necessária para custeá-los. [...] Por básicas entendem-se necessidades como alimentação, moradia, vestuário e serviços essenciais: água potável, saneamento, transporte público, serviços médicos e escolas.” (CRESPO, GUROVITZ 2002, p.4)

Diante destes apontamentos o olhar sobre a pobreza não deve ser visto por uma única lente, pois segundo Moura Jr. *et al.* (2014) a análise da pobreza se dá a partir de um campo multidimensional, amplamente complexo, onde não é possível dar um diagnóstico sobre esta com base apenas na ausência de recursos financeiros. Dessa forma, deve-se considerar a pobreza como “[...] portadora de elementos ideológicos, políticos e psicológicos específicos e limitados.” (XIMENES, *et al.*, 2014, p.342).

A pobreza esta arraigada no Brasil de forma histórica, de acordo com Cidade, Moura Jr e Ximenes (2012), sendo uma consequência do processo de colonização, que afeta toda a América Latina de modo violento. Mendonça (2006) inclui ainda o modo peculiar do Brasil de fazer política, tendo como características o clientelismo e assistencialismo político, que segundo o autor não foram superados, sendo uma forma de manter organização social do país. Modo este que contribui para que as desigualdades sociais aconteçam, e consequentemente a pobreza, sendo também frutos do sistema capitalista.

O fenômeno da pobreza implica em uma série de prejuízos, que vão além da questão de rentabilidade, como já mencionado. Ela incute nos indivíduos uma série de estigmas⁶, geralmente fazendo com que eles sejam percebidos pela sociedade como fracassados e incapazes de aderir a um determinado modo de viver, culpando-os inteiramente por isso, ligando-os ainda com a questão da violência, Cidade, Moura Jr, e Ximenes (2012). Algo que de acordo com os autores pode se tornar ainda mais sério, já que os próprios indivíduos estigmatizados podem passar a se aceitar de tal forma, a ponto de se acostumarem com a situação, reprimindo em si os sentimentos reais que lhes dão força para viver.

Desta forma os estereótipos atribuídos as pessoas em situação de pobreza agem de modo opressor e cruel, adjetivando os indivíduos, afim de afronta-los por meio de humilhações, tirando deles o direito de fala e identificando estes sujeitos como seres inferiores. Neste sentido Moura Jr., Ximenes e Sarriera, contribuem para explicar de modo evidente estas declarações

⁶ Goffman (2008) explica várias concepções e tipos de estigmas, ele propõe ainda que haja modificação em alguns conceitos sobre o termo, porém ele destaca que estigma é algo que está relacionado com atribuições estereotipadas sobre a identidade de uma pessoa. Faz menção ainda ao estigma como algo depreciativo, desmerecendo e inferiorizando os sujeitos que estão em discrepância com os padrões considerados normais por uma determinada sociedade, onde o que geralmente causa estranheza por estar fora desses padrões é tido como algo ruim, mal, perigoso e/ou fracassado.

Identifica-se que essa identidade está baseada nos papéis sociais de conformado, de crente em Deus como responsável por tudo, de mártir, de vagabundo, de causador das mazelas sociais, de sujo, de doente e de culpado pela situação de pobreza (MOURA JR.; XIMENES; SARRIERA, 2013, p. 20).

Diante destes apontamentos, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (2003), é possível afirmar que situação de pobreza assola muitos brasileiros, sendo ela uma infração a lei que versa sobre os direitos humanos.

Neste sentido, faz-se necessário refletir sobre o fenômeno do envelhecimento atrelado a esta situação de vulnerabilidade social. Já que para Oliveira (2012) a maioria das pessoas que atingiram o *status* de idoso segundo a legislação brasileira, passou boa parte de sua vida cuidando para que na velhice a dignidade lhes fosse assegurada em todos os quesitos. Porém a referida autora atenta para o fato de que os estigmas sociais voltados para questão financeira tornam as vivências dos idosos ainda mais difíceis, limitando-os a viver em um meio onde este não lhes oferece a possibilidade de transformação.

De acordo com o Estatuto do Idoso Art. 3º

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2003).

A lei é evidente, mas, como já mencionado anteriormente, é algo que gera controvérsias, uma vez que idosos que se encontram em situações de vulnerabilidade social, mais especificamente em situação de pobreza estão longe de desfrutar por inteiro dos benefícios desta mesma. Já que entre tantas violações de direitos, parafraseando Cidade, Moura Jr e Ximenes (2012) a pobreza oprime e marginaliza o indivíduo, lhe tirando a liberdade de viver bem.

Porém esta situação é apenas mais um dos agravantes da situação de pobreza e das condições de opressão que o indivíduo pobre enfrenta, já que para Cidade, Moura Jr, e Ximenes

[...] As relações de dominação e de opressão são mais complexas do que as explicações das lutas de classes entre pobres e ricos. O próprio povo que vive em situações de opressão pode tornar-se opressor dos próprios pares (CIDADE; MOURA JR; XIMENES, 2012, p. 91).

Silva (2010) salienta que a velhice acompanhada de pobreza é mais um dos resultados agravantes, gerado por um ciclo de desigualdades sociais, bem como a precariedade existente no sistema de proteção social.

Contudo, na tentativa de combater a pobreza, o governo Brasileiro criou e expandiu políticas públicas de transferência⁷ de renda, que viabilizam as pessoas pobres a possibilidade de saírem de uma condição de extrema vulnerabilidade social, Medeiros, Britto e Soares (2007). Neste aspecto, existe atualmente no país dois programas que se destacam e possuem uma representatividade ampla, sendo eles o BPC (Benefício de Prestação Continuada) e o PBF (Programa Bolsa Família).

De acordo com o artigo 203, parágrafo 5º da Constituição Federal de 1988, que versa sobre a assistência social. O BPC se destina as pessoas que possuem deficiência (severa) e aos idosos (a partir de 65 anos), que comprovadamente não possuam “meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família” (BRASIL, 1988, p. 120), assim é necessário que a renda familiar seja menor que $\frac{1}{4}$ (um quarto) do salário mínimo, atualmente precisa ser inferior a 238,50 R\$ (duzentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos). E tem como proposta garantir a estas pessoas o valor de um salário mínimo mensalmente, em forma de benefício.

Apesar do BPC ser um direito estabelecido pela Constituição de 88, e de ser assegurado na esfera da Proteção social não contributiva e da Seguridade Social, com base no boletim BPC 2015, ele só foi regulamentado em 93, pela LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), com a Lei nº 8.742, de 7/12/1993; e por meio do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007. Tendo como responsáveis em seu curso a Política de Assistência Social, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (órgão coordenador) e o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, (órgão responsável por operá-lo).

O boletim BPC (2015) destaca que este benefício não vislumbra apenas a garantia monetária, mas objetiva também que os beneficiários tenham a garantia de atendimento a suas necessidades básicas, como facilidade no acesso as diversas políticas públicas, primordialmente as sociais, como meio de enfrentamento da

⁷ De acordo com Silva, Yazbek, Di Giovanni (2007), citado por Ruschel, Jurumenha e Dutra (2015), os programas de transferência de renda são definidos por ter um caráter de transferir recursos monetários, que se destinam as famílias em situação de pobreza, sem que haja contribuição precedente destas. “Consideradas a partir de uma determinada renda per capita dos membros que constituem a família.”

pobreza, superação, integração, e inclusão destes indivíduos no meio social, promovendo autonomia dos mesmos.

Vale destacar que com base em Nunes e Mariano (2015, p. 73), que o maior número de beneficiários no que se refere a pessoa idosa, está concentrada na região Nordeste, região apontada pelo autor como detentora de efeitos satisfatórios do programa em relação da pobreza, já que segundo o mesmo os índices de pobreza na referida região é “mais perverso”.

No ano de 2003 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cria e sanciona o programa bolsa família, que surge como forma de unificação e aprimoramento de programas anteriores, tais como auxílio gás e/ou vale gás, cartão alimentação e o bolsa escola. O PBF é tido na atualidade como o principal meio de enfrentamento da pobreza e extrema pobreza no país. Afirmativas estas que são explicitadas no discurso de Nunes e Mariano ao afirmarem que o bolsa família “tornou-se a principal política de transferência direta de renda do governo federal para as famílias que estão em situação de pobreza ou de extrema pobreza.” (NUNES; MARIANO, 2015, p.73). Sendo ainda a porta de entrada para outras políticas públicas.

O programa possui uma série de critérios estabelecidos pelo MDS (Ministério do Desenvolvimento Social) para selecionar as famílias que serão beneficiadas, o primeiro passo é estar inscritas no Cadastro único (CadÚnico) e se enquadrar na situação de extrema pobreza com renda mensal inferior ou igual a 85 R\$ (oitenta e cinco reais), e/ou pobreza 170 R\$ (cento e setenta reais). De acordo com o site do MDS, estes valores serão atualizados em julho de 2018, passando a 89,00 R\$ (oitenta e nove reais) para extrema pobreza, e 178 R\$ (cento e setenta e oito) para pobreza. Quando as famílias passam a ser beneficiadas é preciso que estas cumpram com algumas responsabilidades como forma de manter o benefício e dar a elas condições de entender que estas obrigações fazem parte do enfrentamento e possibilidade de erradicação da pobreza.

[...] manter as crianças e os jovens de 6 a 17 anos na escola, acompanhar o cartão de vacinação e desenvolvimento de menores de sete anos, e as gestantes e nutrizes o de fazer o acompanhamento de sua saúde e da saúde da criança. As famílias beneficiadas – em que há adolescentes com até 15 anos, retirados do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) – devem obter frequência de 85% dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (NUNES; MARIANO, 2015, p. 73).

Estes programas de transferência de renda possuem critérios de seleção distintos, e segundo Medeiros, Brito e Soares (2007) frequentemente sofrem inúmeras críticas, principalmente o PBF, o critério de seleção dos beneficiários é um dos principais focos destas, uma vez que muitas pessoas ainda não são devidamente contempladas.

Contudo é possível afirmar que tanto o BPC quanto PBF, já tiveram muitos de seus critérios revisados, seus objetivos estão sendo alcançados de forma significativa, estando cada vez mais focados e direcionados a atender a parcela mais pobre da população de acordo com (MEDEIROS; BRITO; SOARES, 2007). Já segundo Nunes e Mariano (2015) estes avanços acontecem principalmente na região Nordeste, a fim de levar formas dignas de enfrentamento da pobreza, principalmente as pessoas idosas, majoritariamente no caso do BPC.

Vale destacar, que a transferência de renda é de fato um elemento crucial no combate à pobreza, onde milhares de brasileiros são beneficiados e muitos conseguiram aliviar e superar a extrema pobreza. Porém existem outros meios que vão para além da transferência de renda na tentativa de enfrentamento e superação da pobreza, bem como políticas públicas específicas para atender este público, sendo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), um dos principais meios de minimizar os efeitos da pobreza no país.

4.3 PNAS>CRAS>SCFV> para pessoas idosas

O processo de reconhecimento de direitos do cidadão brasileiro é amplamente complexo, principalmente no que se refere a direitos sociais. Para Arantes (2014) o modo como o país foi colonizado contribuiu significativamente para arraigar ideais de clientelismo e colonialismo em boa parte da população. Desta forma a trajetória da política de assistência social está ligada a amparos sociais realizados pela igreja católica, e pelas primeiras Damas da alta sociedade (esmola e/ou caridade). Estes atos “priorizavam a população socialmente desfavorecida ou que estivesse fora do mercado de trabalho, como deficientes, idosos e crianças.” (ARANTES, 2014, p.17).

Com o passar dos anos o contexto social foi se modificando e esta forma de “assistir” os mais necessitados já não se encaixava mais com as necessidades da

população mais pobre, que apesar da condição social estava cada vez mais a par de seus interesses e ciente quanto a necessidade de reconhecimento e efetivação de direitos. No que concerne à constituição de 88 é possível afirmar por meio de Mendonça (2002), que esta contribuiu para que a política de assistência social fosse incluída no âmbito da seguridade social, tendo como fundamentos:

- I. Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e ou especial para famílias, indivíduos e grupos que dela necessitem;
- II. Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em área urbana e rural;
- III. Assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2005, p.33).

Tendo ainda o intuito de proteger, amparar, integrar, habilitar e reabilitar a família de um modo geral. Sendo seu foco central a maternidade, infância, adolescência, velhice e pessoas com deficiência, que se encontrem em situações de vulnerabilidade social, prioritariamente, de pobreza. Este foi um marco histórico para a assistência social, uma vez que ela se torna universal, mesmo que possua caráter seletivo, sendo para quem dela necessitar (CRUZ E GUARESCHI, 2014). Em termos exatos os usuários definidos pela PNAS são:

Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2005, p.33).

Com base nas informações apresentadas pelo MDS/PNAS (2005), a Política Nacional de Assistência Social surge a partir da IV Conferência Nacional de Assistência Social que foi realizada em Brasília no ano de 2003. Naquele momento ela era tida como proposta da Secretaria Nacional de Assistência Social-SNAS e pelo Conselho Nacional de Assistência Social-CNAS, tendo como objetivo a construção de

uma política pública coletiva. Porém a referida política só foi de fato aprovada em 15 de Outubro de 2004, por meio da resolução N° 145, após inúmeros encontros ocorridos em todos os estados brasileiros, envolvendo grande quantidade de pessoas, a fim de gerar um debate descentralizado e uma decisão democrática. Arantes (2014) salientam que, este ato culminou para que em 2005 o Sistema Único de Assistência Social-SUAS fosse aprovado e devidamente regulamentado, unificando as formas de atuação da assistência social, bem como suas diretrizes no cenário nacional.

Diante destes apontamentos é possível perceber que a PNAS, se destina a um público específico, ainda que de maneira universal. Compreende-se que isto se deu pelas diversas necessidades que as pessoas em situação de vulnerabilidade social enfrentam. Para que houvesse de fato a prestação de serviços de forma eficaz e universal nos territórios como estabelece o estado, fez-se necessário a criação de serviços de natureza pública, indispensáveis para efetivação das diretrizes do SUAS (COUTO, 2014). Tais como a criação do Centro de Referência da Assistência Social-CRAS, sendo este elemento constituinte da Proteção Social Básica.

O CRAS é responsável por referenciar diversos serviços no âmbito da proteção social básica. Segundo o MDS/PNAS (2005), tem como elemento central o fortalecimento de vínculos da vida familiar e convivência com os membros da comunidade. De modo a acolher, escutar, orientar, diagnosticar, encaminhar, os indivíduos ao devido usufruto de seus direitos não somente nas políticas sociais, mas nas diversas políticas públicas (COUTO, 2014). Como forma de prevenir os indivíduos de riscos sociais e/ou tirá-los das situações de sujeitos indefesos, dando a estes a devida autonomia, para enfrentar a realidade na qual se encontram.

Com base nas informações dos dados do Suplemento de Assistência Social da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Munic/2013⁸ o número de equipamentos CRAS, aumentou aproximadamente 25,1% entre os anos de 2009 e 2013 no território nacional como um todo. Uma vez que em 2009 a quantidade de unidades era de 4 032 (72,5%) distribuídas pelos municípios do país, já em 2013 essa quantidade passou a ser 5 437 (97,6%). A pesquisa revela ainda que onde se concentra a maior quantidade de municípios com unidades do CRAS é o Nordeste, tendo uma abrangência de 99,5%.

⁸ Munic é a Pesquisa de informações básicas dos municípios, que anualmente é realizada pelo IBGE, porém somente a partir do ano de 2005 surge o suplemento de assistência social vinculado a esta, tendo como parceria o MDS, onde em 2009 teve sua segunda edição e terceira em 2013.

Estes dados dão margem a uma reflexão, de modo a se pensar não somente a partir dos índices positivos quanto a cobertura deste equipamento no país, ou seja pensar que cada vez mais o poder público está envolvido em levar as unidades do CRAS onde necessita. Porém, em contra partida, se o número de equipamentos aumentou, infere-se que isto se deu pela necessidade da população que se encontra cada vez mais necessitada dos serviços ofertados pelo mesmo.

Diante destes apontamentos percebe-se que há inúmeras formas de assegurar direitos aos indivíduos que necessitam, bem como a pessoa idosa dentro das políticas públicas, neste caso específico dentro da Política Nacional de Assistência Social. Ressaltando a existência da Política Nacional do Idoso que teve sua aprovação no ano de 1994, e o Estatuto do Idoso que aprovado em 2003, ambos considerados um marco importante no âmbito jurídico, que concebe e sustenta a pessoa idosa como ser de direitos, Batista *et al.* (2009). A contextualização destes elementos se fez necessária para que houvesse a devida compreensão do objeto de estudo deste trabalho, ou seja, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos-SCFV para a pessoa idosa no âmbito da Proteção Social Básica.

Este é um dos serviços ofertados pelo CRAS, de forma a atender de especificamente as particularidades dos indivíduos que se encontram na condição de pessoa idosa. O caderno de Orientações Técnicas para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos para a pessoa idosa (2012) orienta que o SCFV para este público deve atuar de modo a proporcionar atividades voltadas as particularidades, preferências e necessidades deste perfil etário, levando em consideração atividades que os possibilite a troca de experiências em grupo, com a família e com os profissionais do CRAS, com práticas “[...]artísticas culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas...” (BRASIL, 2012, p. 7)

Assim compreende-se que a oferta destes serviços à população que envelhece é de suma importância na colaboração do envelhecimento saudável e ativo. Neri (2008) aponta que serviços como estes possibilitam a pessoa idosa enfrentar momentos de crises, doenças e perdas com melhor capacidade de discernimento e autonomia na tomada de decisões.

Cabe salientar que existe um perfil de caráter seletivo dos usuários do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para a pessoa idosa, dando preferência a pessoa idosa conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Sendo eles:

Idosos(as) com idade igual ou superior a 60 anos, em situação de vulnerabilidade social, em especial: - Idosos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada;

Idosos de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda;

Idosos com vivências de isolamento por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário e cujas necessidades, interesses e disponibilidade indiquem a inclusão no serviço. (BRASIL, 2009, p. 12).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a pessoa idosa vem crescendo pelos municípios gradativamente ao longo do tempo. A Munic/2013 aponta que as regiões Nordeste e Centro-Oeste lideram a oferta deste serviço nos municípios ambas com 97,9% dos percentuais. Destacando que segundo o site da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social-STDS, o estado do Ceará oferta este serviço nos 184 municípios.

Deste destes apontamentos é de suma importância que haja um estudo aprofundado na tentativa de compreender os impactos deste serviço na vida de quem usufrui destes, para que futuramente possam ser analisados seus efeitos, se são positivos ou não, bem como traçar melhorias no mesmo, para de fato promover uma melhor qualidade de vida para as pessoas idosas em situação de pobreza.

5. PROCESSO METODOLÓGICO

5.1 Tipo de método

Essa pesquisa será guiada por análises qualitativas no que diz respeito a investigação. Com base em Creswell (2007), o modo qualitativo de realizar pesquisas visa compreender a construção da realidade a partir dos significados que os sujeitos em estudo dão a ela. Desta forma as ações do pesquisador vão além de descrever os comportamentos humanos. A fim de desenvolver uma teoria a partir das perspectivas construtivistas. Assim é possibilitado ao investigador compreender um saber popular intrínseco em cada indivíduo que está vivenciando determinada realidade, por meio de interações com a comunidade e a partir desses saberes expostos constituir um arcabouço interventivo que servirá de base para alterações em benefício da mesma.

A pesquisa exploratória será utilizada no âmbito desse estudo. Esta consiste em aproximar o pesquisador com objeto de estudo. Desta forma as informações que são fornecidas pelo espaço do objeto estudado contribuem na elaboração de hipóteses de pesquisa (VIANNA, 2001). A mesma consiste ainda em elucidar e desvendar situações de base teórica pouco conhecida (CRESWELL, 2007).

5.2 Técnicas utilizadas

Observação participante: Neste tipo de técnica o modo de coleta de dados possui certo tipo de analogia, pois o pesquisador precisa ter um determinado distanciamento com seu objeto de estudo, em contrapartida ele precisa levar em consideração que também faz parte do campo, no tempo em que estiver inserido no mesmo. A proximidade com que o investigador adquire na prática com seu objeto de estudo, norteia a identificação de questões fundamentais da sua pesquisa. (FLICK, 2013).

Com a observação participante, o pesquisador precisa se despir de ideologias preestabelecidas, sejam elas de caráter, político, partidário, moralistas entre outros, pois a partir do momento em que ele entra em contato com os indivíduos de um determinado grupo, o compromisso dele é de construir valores mútuos, que sejam capazes de interferir na transformação social dos indivíduos de forma positiva, valorizando o saber popular e possibilitando que haja a troca de novas experiências,

com o intuito de motivar e promover mudanças na vida destes. (BRANDÃO; BORGES, 2007).

Contudo a observação participante vai além de simplesmente realizar perguntas que vislumbrem obter em tempo restrito, ela destaca por captar a cultura e conhecimento popular por um longo período de tempo, para que sua base de informações seja completa em diversos ângulos. Para Bauer e Gaskell (2002, p. 72) “[...] o pesquisador está aberto a uma maior amplitude e profundidade de informação, e capaz de triangular diferentes impressões e observações”.

Entrevista Narrativa. Esta tem como característica principal o estudo da vida das pessoas por meio de histórias que são narradas pelos próprios sujeitos sobre suas vivências. Desta forma o pesquisador colhe informações e tem a possibilidade não somente de reproduzi-las mas também de reconta-las. A interação cúmplice entre pesquisador e participante é de suma importância para que se construa uma troca de contextos, gerando conhecimento e favorecendo ambas as partes (CLANDININ; CONNELLY, 2000).

5.3 Local de realização da pesquisa

A observação participante será realizada com os usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a pessoa idosa, do Centro de Referência da Assistência Social, no município de Redenção, Estado do Ceará, equipamento ligado à Secretaria do Trabalho e Assistência Social. Onde as inserções a serem realizadas na realidade do grupo, acontecerão 2 vezes por semana, em um período de 2 horas em cada dia. Estima-se que o período de observação deverá durar no mínimo 6 meses.

A cidade de Redenção de acordo com o site Brasil distância, está localizada a aproximadamente 59 km de distância da capital cearense, Fortaleza. Conforme apresentado pelo censo do IBGE 2010, o município de Redenção possuía 26.415 habitantes, destacando que aproximadamente que 11% possuía 60 anos ou mais. Tendo 57,29% da população residente na área urbana e 42,71% em área rural. A quantidade de estimada de pessoas para o ano de 2017 foi de 27.441. Ainda com base no referido censo, 50,7% da população possuía um rendimento mensal de até meio salário mínimo. A mesma é conhecida historicamente por ser considerada como

primeira cidade do Brasil a abolir a escravidão, e também por sediar a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

No que diz respeito ao equipamento CRAS, ele está situado na Avenida da Abolição nº 19 Parque da liberdade. É considerado de acordo com as orientações da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos-NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2006), pertencente ao município de pequeno porte II, com 3,500 famílias referenciadas pelo mesmo, e capacidade anual de atendimento em 750 famílias, podendo assim haver até dois CRAS para atender essa demanda (FERREIRA, 2011).

O CRAS da Sede de redenção tem em sua equipe técnica um coordenador, uma assistente social, uma psicóloga e uma pedagoga, todos com nível superior completo, seis orientadores sociais, uma monitora em artes, um monitor de esporte, uma auxiliar administrativa, três auxiliares de serviços gerais, uma manipuladora de alimentos, e dois vigias. Os serviços que são ofertados aos usuários no equipamento são: acolhida; acompanhamento em grupos de serviço de Proteção e Atenção Integral a Família-PAIF; atendimento e acompanhamento familiar; reuniões e ações comunitárias; visita domiciliar e busca ativa; encaminhamentos para a rede socioassistencial e demais políticas públicas; atendimento de famílias em cumprimento de condicionalidades do programa bolsa família; encaminhamento para o acesso aos benefícios eventuais; orientação e encaminhamento para acesso ao benefício de prestação continuada-PBC; aplicação do questionário BPC; acompanhamento de famílias requerentes do BPC; aplicação do questionário BPC na escola; serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (03-06 anos; 06-10 anos; 11-13 anos; e mais de 60 anos); parcerias para cursos profissionalizantes entre outros.

5.4 Descrição dos participantes

O público alvo deste estudo é o serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para a pessoa idosa. Este possui 47 usuários, sendo 42 do sexo feminino e 5 do sexo masculino. Destacando que cinco participantes do grupo ainda não completaram 60 anos, e quatro integrantes residem no município de Acarape. Para que a entrevista narrativa aconteça, será necessário a participação de 4 usuários do grupo, onde é indispensável o uso de alguns critérios, para efetivar a escolha dos

participantes, tais como: aceitar de livre e espontânea vontade participar da entrevista narrativa, como estabelece o termo de consentimento livre e esclarecido (estando ciente que a EN fará uso de gravação de áudio), bem como a assinatura do mesmo, ser munícipe de Redenção, participar do SCFV a pelo menos dois anos, tendo em vista que este é um período razoavelmente significativo para que o indivíduo perceba qual a influência deste serviço em suas vidas, estar em situação de vulnerabilidade social e possuir 60 anos ou mais, ou seja estar dentro do que estabelece a tipificação nacional do SCFV.

5.5 Procedimentos utilizados

A princípio, será feito contato com o CRAS de Redenção, a fim de explicar sobre o propósito da pesquisa, dando ênfase no fato de ser um trabalho acadêmico sem nenhum fim lucrativo, buscando permissão dos gestores para a realização da mesma.

No que tange aos procedimentos, será utilizado a Entrevista Narrativa⁹, que faz uso das histórias de vida. Esta possui caráter específico, e habitualmente é considerada como não estruturada. Onde os padrões convencionais de perguntas e respostas são deixados um pouco de lado, pois o entrevistador deve deixar o entrevistado livre para contar sua história de modo a escuta-lo, mantendo dialogo cotidiano para alçar seu objetivo. O entrevistado deve estar à vontade com relação ao discurso, ele precisa sentir-se a vontade em usar a linguagem habitual de seu dia a dia, infere-se assim que o mesmo sentirá segurança e vontade de narrar sua história real (BAUER E GASKELL 2002).

Desta forma segundo os autores citados acima é possível compreender que a entrevista narrativa possui sim uma estruturação, já que para realização da mesma existem vários critérios já mencionados, que precisam servir de base na orientação de uma boa EN. Vale ressaltar com base em Bauer e Gaskell (2002) o grau de importância que este tipo de entrevista possui, no âmbito das ciências sociais, já que ela pode ter um diferencial na realização de inúmeras pesquisas, toda via existem casos de estudo no qual o uso da EN melhor se encaixa. Isso posto é importante destacar o uso da EN no âmbito deste estudo, visto que trata-se de analisar as

⁹ Para se referir a entrevista narrativa, será utilizado no decorrer do texto a sigla EN, assim como é usada pela maioria dos autores que discorrem sobre o assunto.

histórias de vida dos usuários de um determinado grupo, buscando a compreensão dos acontecimentos de forma cronológica, tendo em vista o surgimento diversas versões sobre um mesmo acontecimento, com significados diferente para cada indivíduo (FLICK, 2013).

Já que para Bauer e Gaskell (2002) a EN leva em consideração investigações de casos próprios ou de políticas locais; projetos no qual diversos pontos de vista estão em questão pertencentes a uma mesma situação; desenhando um cenário amplo acerca dos acontecimentos, e a conjunção das histórias de vida com contextos históricos e sociais.

Contudo, segundo ainda os referidos autores, é interessante que o pesquisador antes de realizar a EN, tenha em mente um tópico guia que o oriente quanto aos questionamentos que ele deseja obtenção de respostas durante as narrativas. Salientando a importância de utiliza-los apenas quando os discursos fugirem do que o estudo pretende alcançar, e neste caso estabelecer um diálogo criativo para que os questionamentos sejam aplicados de maneira sutil, para que o entrevistado não perceba a intensão direta do pesquisador de lhe colocar perguntas, afim de não passar uma ideia de imposição, evitando a uma possível recusa do entrevistado.

Neste caso para servir como base de apoio, no momento em que for percebido nas narrativas do entrevistado um possível distanciamento quanto ao objeto de estudo, será oportuno fazer perguntas em meio a troca de diálogo entre o entrevistador e o entrevistados tais como:

1. A quanto tempo você participa do serviço?
2. Para você o que é o serviço?
3. Como você se sente participando do grupo?
4. Com relação a sua vida, algo mudou depois que você passou a frequentar o grupo?
5. Você acha que o serviço pode melhorar em algo? O que?

Desta forma no momento o pesquisador poderá sentir-se seguro quanto à devida obtenção das informações necessárias no que tange o objeto de estudo.

5.6 Análises realizadas

Para efetuar as análises, será usado o modelo de análise temática que se estabelece por meio da redução gradativa das narrativas, onde primeiramente é feito uma análise do discurso para que esse seja transformado em texto por meio da transcrição, então o pesquisador pode fazer um recorte utilizando palavras chaves para reduzir o mesmo, utilizando apenas os trechos que possuam relevância para o seu estudo. Isso posto ocorre a codificação, que se trata de caracterizar todas as EN, a fim de obter um produto final com base na interpretação das narrativas, (BAUER E GASKELL 2002). Onde serão baseadas a partir das histórias de vida dos idosos do SCFV, como já citado anteriormente em passagens anteriores.

5.7 Considerações éticas

A pesquisa agirá em conformidade com os procedimentos previstos nos critérios de ética na pesquisa com seres humanos conforme resolução no196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Respeitando acima de tudo os direitos, as vontades, os princípios e as privações dos participantes.

Considerando os riscos e benefícios existentes com a realização da pesquisa, ou aqueles que podem surgir no decorrer da mesma, refletindo a necessidade da realização da mesma, tendo em vista o que a possibilidade de benefícios deve ser maior que os riscos ou danos, cuidar para que possíveis danos sejam evitados. Agir de forma humanitária mostrando para os participantes que a pesquisa terá relevância não somente para o pesquisador, mas também estará ligada aos interesses dos participantes, informando de forma clara o objetivo da pesquisa e todo o processo metodológico da mesma.

Deverá ainda contar com a devida assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, deixando claro que o indivíduo não é obrigado a participar da pesquisa, ou mesmo que ele esteja participando poderá deixar de participar a qualquer momento caso queira e manter uma postura ética em relação às informações obtidas, principalmente as de caráter sigiloso, desta forma será oportuno usar nomes fantasia, na identificação dos participantes.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Prefácio. *In*: CRUZ, Lilian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza (Org.). **Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane; SANTOS, Daniel. **Incidência e natureza da pobreza entre idosos no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- BATISTA, A. S.; JACCOUD, L.; AQUINO, L.; EL-MOOR, P. D. **Os idosos em situação de dependência e a proteção social no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.
- BAUER, M. W.; GASKELL, G. (ed.) **Pesquisa qualitativa com texto, som e imagem: Um manual prático**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: Um momento da educação popular. **Revista Educação Popular**, Uberlândia-MG, v.6, p.51-62, 2007.
- BRASIL. **Caderno de Orientações Técnicas para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para pessoas idosas/ versão preliminar**. Brasília, DF: MSD, 2012.
- _____. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). **Resolução CNAS n.º 109, de 11 de novembro de 2009**. Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF: MDS/CNAS, 2009.
- _____. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm Acesso em: 20 mai. 2018.
- _____. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Brasília, DF: MDS, 2005.
- _____. **Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006**. Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS. Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. 2006. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-RH.pdf> Acesso em: 21 abr. 2018.
- CAMARANO, A. A. **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.
- CIDADE, Elívia Camurça.; MOURA Jr, James Ferreira.; XIMENES, Verônica Moraes. Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino-americano. **Psicologia Argumento**. Curitiba, v. 30, n. 68, p. 87-98, 2012.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. **Narrative inquiry**: Experience and story in qualitative research. San Francisco: Jossey-Bass, 2000.

CONCONE, Maria Helena Villas Bôas. Medo de envelhecer ou de parecer? **Revista Kairós**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 19-44, 2007.

COUTO, Berenice Rojas. O sistema único da assistência social-Suas: na consolidação da Assistência Social enquanto política pública. *In*: CRUZ, Lilian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza (Org.). **Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, [s.l.], v.1, n.2, p.1-12, 2002.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007, 248p.

CRUZ, Lilian Rodrigues da; GUARESCHI, Neuza (Org.). **Políticas públicas e assistência social**: diálogo com as práticas psicológicas. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999. 256p.

FERNANDES, Flávia Saraiva Leão; RAIZER, Milena Veiga; BRÊTAS, Ana Cristina Passarella. Pobre, idoso e na rua: uma trajetória de exclusão. **Revista Latino-americano de enfermagem**. Ribeirão Preto-SP, n. 15, [s.p.] 2007.

FERREIRA, Stela da Silva. **NOB-RH/SUAS Anotada e Comentada**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011. 144 p.

FLICK, Uwe. **Introdução a Metodologia de Pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da Identidade Deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**: características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2011, 270p.

_____. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Estudos e análises. **Informação demográfica e socioeconômica**, 2016. 119 p.

KALACHE, Alexandre. Envelhecimento populacional no Brasil: uma realidade nova. **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 217-220, 1987.

LIMA, Tânia Gonçalves. Aspectos psicossociais do envelhecimento. *In*: NUNES, Maria Inês; SANTOS, Mariza dos; FERRETTI, Renata Eloah de Lucena (Org.).

Enfermagem em geriatria e gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan 2012.

LOPES, Marilda Silveira; ARANTES, Rodrigo Caetano; LOPES, Ruth Gelehter da Costa. Um breve ensaio sobre a aceitação da beleza na efemeridade dos corpos. **Revista Kairós**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 45-61, 2007.

MARZULO, Eber Pires. Da identidade social dos pobres que vivem em favelas. Existe o *favelado*? XI Congresso Brasileiro de Sociologia. **Anais...**, Campinas-SP, UNICAMP, p.1-19, 1 a 5 de setembro de 2003.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES. Transferência de renda no Brasil. **Novos estudos**, [s.l.] n. 70, p.5-21, nov. 2007.

MENDES, F. C. da C.; JESUS, M. R. de; ALVES, P. de C. R.; NASCIMENTO, R. B. do; BRITO, S. S. B.; QUINTANA, S. C. R. Aposentando velhos conceitos. **Revista Gestão em Foco**, n. 9, p.355-379, 2017.

MENDONÇA, Gabriel Coelho. Sentidos subjetivos de moradores de rua frente ao futuro. 2007. 113 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2006.

MENDONÇA, Maria Helena Magalhães de. O desafio da política de atendimento à infância e à adolescência na construção de políticas públicas equitativas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.18 (Suplemento), p. 113-120, 2002.

MOREIRA, Aline Hack. A identidade social do idoso e as relações de trabalho: a realidade por trás das salvaguardas legais. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, SP, v. 15, n. 2, p. 91-107, 2012.

MOURA Jr., J. F.; CIDADE, E. C. XIMENES, V. M.; SARRIERA. Concepções de Pobreza: Um Convite à Discussão Psicossocial. **Temas em Psicologia**. [s.l.], p.341-352, 2014.

MOURA JR., J. F.; XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. **Revista de Psicologia**, [s.l.], v.22, n.2, p.18-28, 2013.

NERI, Marcelo. Aposentadoria: atitudes e percepções. **Revista Conjuntura Econômica**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 7, p. 40-42, jul. 2008. ISSN 0010-5945. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/view/25472/24329>>. Acesso em: 25 Mai. 2018.

NETTO, Papaléo, Matheus. Ciência do envelhecimento. Abrangência e termos básicos e objetivos. In: _____. **Tratado de gerontologia**. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atheneu, 2007. Cap. 3, p. 29-38.

NUNES, José Antonio; MARIANO, Jorge Luiz. Efeitos dos Programas de Transferência de Renda sobre a Oferta de Trabalho Não Agrícola na Área Rural da Região Nordeste. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s.l.], v. 53, n. 1, p.71-90, mar. 2015.

OLIVEIRA, Katya Luciane de; SANTOS, Acácia A. A dos.; CRUVINEL, Mirian; NÉRI, Anita Liberalesso. Relação entre ansiedade, depressão e desesperança entre grupos de idosos. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 351-359, mai./ago. 2006.

OLIVEIRA, Simone F. Duarte. Fisiologia do envelhecimento. *In*: NUNES, Maria Inês; SANTOS, Mariza dos; FERRETTI, Renata Eloah de Lucena (Org.). **Enfermagem em geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan 2012.

ONU, Organização das Nações Unidas. **OMS cobra melhorias no atendimento aos idosos**. 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/oms-cobra-melhorias-no-atendimento-aos-idosos/> Acesso em: 21 nov. 2017.

RUSCHEL, M. S.; JURUMENHA, M. A. A.; DUTRA, P. V. Os programas de transferência de renda no Brasil e a institucionalização do programa bolsa família. *In*: Seminário nacional de serviço social, trabalho e política social, **Anais...**, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 27 a 29 de outubro de 2015.

SANTOS, Mariza dos. Epidemiologia do envelhecimento. *In*: NUNES, Maria Inês; SANTOS, Mariza dos; FERRETTI, Renata Eloah de Lucena (Org.). **Enfermagem em geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan 2012.

SCALON, Celi. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar, 2011, n. 1, p. 49-68.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade Brasileira. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 13 n. 2 p. 155-163, 2010.

UNESCO, 2003. **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social**. Brasília, DF: UNESCO, 2003.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo; FELIX, Jorge. Questão urbana e envelhecimento populacional: breves conexões entre o direito à cidade e o idoso no mercado de trabalho. **Cadernos Metrópole**, [s.l.], v. 18, n. 36, p.441-459, dez. 2016.

VIANNA, I. O. **Metodologia do trabalho científico**: um enfoque didático da produção científica. São Paulo: EPU, 2001.

XIMENES, Verônica Moraes; MOURA Jr, James Ferreira; CRUZ, Janaína Miranda; SILVA, Lorena Brito da; SARRIERA, Jorge Castellá. Pobreza multidimensional e

seus aspectos subjetivos em contextos rurais e urbanos nordestinos. **Estudos de Psicologia**, [s.l.], v. 21, p.146-156, 2016.